



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.

TERMO DE AUDIÊNCIA

Processo Digital: **1500223-97.2018.8.26.0566 - 2018/000689**
 Classe - Assunto: **Termo Circunstanciado - Injúria**
 Autor do Fato: **ELIZANGELA FERNANDA CHAVES**
 Data da Audiência: **08/08/2018**

Aos 08 de agosto de 2018, nesta cidade e comarca de São Carlos, na sala de audiências sob a presidência do **DR. CLAUDIO DO PRADO AMARAL, MM.** Juiz de Direito, comigo escrevente abaixo assinado, foi aberta a audiência preliminar em procedimento criminal previsto na Lei 9.099/95. Encaminhado o termo circunstanciado pela autoridade policial, que trata de **Injúria e Ameaça**. Verificou-se a presença do **DR. MARCELO BUFFULIN MIZUNO, DD.** Promotor de Justiça; a presença da autora do fato, **ELIZANGELA FERNANDA CHAVES**, acompanhada do defensor **DR. ANIBAL DE SOUZA AMARAL NETTO (OAB 368.068/SP)**; a presença da vítima **SINELANDIA MARIA DA SILVA**, acompanhada da Advogada **DRA. MAGDA DE CÁSSIA STEPHANI POZZI – OAB 97428/SP**. Inicialmente o MM. Juiz esclareceu às partes sobre a possibilidade da composição dos danos e da aceitação da proposta de aplicação imediata da pena. As partes recusaram a proposta de composição dos danos civis. A seguir foi dada a palavra ao(à)(s) ofendido(a)(s) que propôs o(a)(s) autor(a)(s) do fato a pena restritiva de direito, na modalidade de prestação pecuniária no valor de **R\$ 350,00**, a ser destinado à instituição **FUMCAD – Fundo Municipal da Criança e do Adolescente – Banco do Brasil S/A, agência 0295-X, conta nº 69550-5**, com a advertência de que o não cumprimento, no prazo da Lei, importará na possibilidade de instauração de ação penal. Pelo(a)(s) autor(a)(s) da infração e o(a)(s) defensor(a)(s) foi(ram) dito que aceitavam a proposta de pena oferecida pelo(a)(s) ofendido(a)(s). O MM. Juiz decidiu: Vistos. Tratando-se de delito previsto na Lei nº 9099/95 imputado a **ELIZANGELA FERNANDA CHAVES** e considerando que o(à)(s) ofendido(a)(s) propôs a aplicação imediata da pena restritiva de direitos, que foi aceita pelo(a)(s) autor(a)(s) do fato, uma vez preenchidos os requisitos legais, aplico ao(a)(s) autor(a)(s) do fato **ELIZANGELA FERNANDA CHAVES**, a pena de **R\$ 350,00**, nos termos do artigo 76, § 4º, da Lei nº 9.099/95. Publicada em audiência saem os presentes intimados. A seguir, o(à)(s) ofendido(a)(s), o(a)(s) autor(a)(es) do fato e o(a)(s) Defensor(a)(es), desistiram do prazo de recurso. O(a)(s) autor(a)(s) do fato saiu citado(a)(s) para cumprir a pena **NO PRAZO DE 20 DIAS A CONTAR DESTA DATA. Caso não seja quitada a transação, o feito seguirá o seu curso. É vedado o depósito através do caixa eletrônico. Este deve ser realizado no caixa convencional e o recibo do depósito deve ser trazido ao Cartório da 2ª Vara Criminal no prazo determinado acima. Fica registrado que a autora do fato não está assumindo culpa no evento, até em razão de disposição legal prevista no artigo 76, §6º, da Lei 9.099/95, sendo que eventual responsabilidade deverá ser apurada no âmbito**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.	

civil. Comunique-se, procedendo-se em seguida às anotações. Saem os presentes intimados. Nada mais havendo, foi encerrada a audiência, lavrando-se este termo que depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Nada mais. Eu, _____, Luis Guilherme Pereira Borges, Escrevente Técnico Judiciário digitei e subscrevi.

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **CLAUDIO DO PRADO AMARAL**

<p>DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA</p>
--

Promotor:

Autora do Fato:

Defensor:

Ofendida:

Advogada(Ofendida):